

Cláudio Baptista Carle¹
Flávia Segat²

**O IMAGINÁRIO COMO FORMA DE
ENTENDER A CONSTITUIÇÃO DAS CIDADES**

***THE IMAGINARY AS A WAY OF
UNDERSTANDING THE CONSTITUTION OF
CITIES***

¹ Universidade Federal de Pelotas

² Universidade Federal de Pelotas

RESUMO

As cidades podem ser examinadas sob diferentes perspectivas. O que propomos com o presente artigo é encontrar um caminho de investigação da simbólica expressa na cidade, a partir do contexto do imaginário durandiano. As imagens apresentam o que seus habitantes carregam consigo no espaço urbano e o que o constitui. As conceituações abstratas das cidades são partes de uma constituição maior e mais ampla, qual seja, a da criação a partir do imaginário dos grupos sociais diferentes que se inter-relacionam ao longo do tempo e produzem e reapresentam as práticas de interação com a urbanidade. A perspectiva examinadora reapresentada pelas narrativas de seus habitantes, projetada em exercícios análogos aos da história oral, servem para dar forma na rerepresentação do passado e do presente na constituição, reconstituição e rerepresentação da memória coletiva dos espaços urbanos. Os caminhos do imaginário possibilitam experienciar as criações orientadas para o viver da sociedade na urbanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade; Imaginário; Memória Coletiva.

ABSTRACT

Cities can be examined from different perspectives. What we propose with this article is to find a path of investigation of the symbolic expressed in the city, from the context of the Duran's imaginary. The images show what its inhabitants carry with them in the urban space and what constitutes it. The abstract concepts of cities are part of a larger and broader constitution, that is, that of creation from the imaginary of different social groups that interrelate over time and produce and represent the practices of interaction with urbanity. The examining perspective represented by the narratives of its inhabitants, projected in exercises analogous to those of oral history, serve to form the representation of the past and the present in the constitution, reconstitution and representation of the collective memory of urban spaces. The paths of the imaginary make it possible to experience creations oriented to the living of society in urbanity.

KEYWORDS: City; Imaginary; Collective Memory.

INTRODUÇÃO

A investigação sobre as cidades no Brasil exploram múltiplas facetas nesse texto exploramos as dinâmicas sociais urbanas a partir do Imaginário do Círculo de Eranos. O Círculo de Eranos¹ se criou ao final da Segunda Guerra, na Europa, onde seus integrantes preocupam-se com a desumanização que viviam naqueles tempos. Olhar para a cidade por essa perspectiva possibilita entender o fenômeno a partir do imaginário que constituem as cidades. As condições imaginantes constelam para entender a ocupação e manutenção dos espaços urbanos, pelos múltiplos e diversos grupos sociais, que se inter-relacionam na cidade. Nos questionamos: como conhecer as cidades atuais e os sentidos produzidos por seus cidadãos? Não apresentamos as cidades, mas uma forma de compreendê-la a partir do imaginário. Explicitamos formas pujantes de evidenciar sistemas interpretativos para entender as cidades.

As formações diferentes no processo de construção do caminhar interpretativo suscitam diálogos entre os diferentes intérpretes debruçados sobre esse universo. O método de convergência de Gilbert Durand (1988), membro do Círculo de Eranos, é entrelaçado ao processo interpretativos se constitui na interação pelo imaginário.

Gilbert Durand (2012) afirma na Teoria Geral do Imaginário que percebemos o equilíbrio antropológico, os níveis formadores das imagens simbólicas, imagens essas que asseguram ao humano sua relação com o real. As imagens da cidade formam-se e informam-se “em todos os setores e em todos os ambientes da atividade humana”, e os investigadores são capazes de interpretar “a generalização tanto estática como dinâmica da virtude de imaginação”, de modo que o processo de investigação a partir da Teoria Geral equaciona a metodologia “ética” que “desenha uma metafísica” na aplicação que “implica a convergência dos métodos, a convergência das hermenêuticas” (DURAND, 1988, p. 74).

O cotidiano atarefado dos dias atuais faz com que, por vezes, a cidade seja vista somente como um local de estruturas petrificadas, o qual serve à satisfação de necessidades sociais. Contudo, a realidade que está por trás do ambiente urbano é mais complexa. É interpretável a partir do imaginário, que é carregado e construído por seus habitantes.

O presente artigo responde ao questionamento de como o imaginário constitui a cidade ao longo do tempo e, também, de como a cidade é constituída sob a ótica de diferentes imaginários. O inconsciente coletivo de Jung (2000),

¹ O Círculo de Eranos, nos anos de 1930, agrega de forma interdisciplinar, autores de diversas áreas do saber humano, a partir da fundadora, Olga Froebe-Kapteyn, que correlaciona o Ocidente e o Oriente, reunindo autores como Mircea Eliade, Joseph Campbell, Rudolfo Otto, Ernst Cassirer, Gaston Bachelard, G. Dumezil, M. Buber, G. Duran, Carl G. Jung, Gibert Durand e outros, que estudam o ser humano como animal simbólico, que organiza seu viver e seus espaços de forma variada, percebe que os objetos são fruto da sensibilidade que cultiva nas relações com o mundo, constrói símbolos na cultura, de tudo que o humano conhece, o que indicam ser o imaginário ocidental e oriental, simbólicos nas culturas, seus principais autores no movimento Círculo de Eranos aparecem em meados do século XX, e no Brasil, aparecem José Carlos de Paula Carvalho, Danielle Rocha Pitta e Dênis Domeneghetti Badia que depois se amplia em inúmeros grupos de estudos do imaginário (FERREIRA & SILVEIRA, 2015, P. 259)

atuante no Círculo de Eranos, percebida em contexto urbano e no campo da antropologia social e simbólica (BARTH, 1998), delimita e apresenta a memória (POLLAK, 1992) e nas narrativas das cidades (ROCHA & ECKERT, 2011).

A cidade é um espaço físico repleto de dinâmicas complexas, sistemas materiais e imateriais, onde as simbólicas e histórias dos seus habitantes que são interpretados pelo imaginário. Ao refletirmos a cidade, refletimos, invariavelmente, sobre a sua população, com todas as suas características.

A cidade é um objeto imaginado (ROCHA & ECKERT, 2011) com diferentes arranjos temporais e simbólicos que se tornam perspectivas de investigação do mundo urbano. A cidade é em si fruto de muitas imagens simbólicas que são transfigurações de representações concretas por meio de sentidos sempre abstratos, pois como nos diz Durand o “símbolo é, portanto, uma representação que faz aparecer um sentido secreto; ele é a epifania de um mistério” (1988, p. 15).

O estudo se reapresenta na generalização perceptível e interpretável das imagens e está expressa nas partes desta argumentação. A interpretação sobre a criação das cidades expressa trajetos antropológicos, históricos, do ambiente urbano dos que ali habitaram e habitam na constituição e reconstituição imaginária, num contexto de longa duração. A dimensão simbólica e a reapresentação de inconscientes coletivos criam a memória e a identidade social do humano em comunidade. A investigação histórica pela oralidade (ROCHA & ECKERT, 2013) evidencia a antropologia urbana diacrônica e apresenta as práticas sociais. O método de convergência de Durand (2012) investiga os discursos textuais, sobre o imaginário das cidades. A episteme de interpretação apresenta as narrativas das vivências das pessoas no imaginário que proporciona o delimitar do lugar habitado por diferentes agrupamentos humanos (VYGOTSKI, 2003). O imaginário é um caminho para entender a cidade.

A INTERPRETAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DAS CIDADES

A interpretação sobre a criação das cidades expressa trajetos antropológicos, que para Durand (2012) delimitam grandes eixos com símbolos que os constituem. Utilizamos o “método pragmático e relativista de convergência”, que nos possibilita reconhecer “vastas constelações de imagens, constelações praticamente constantes e que parecem estruturadas por um certo isomorfismo dos símbolos convergentes” (p. 40). Evitando os preconceitos metafísicos, partimos da investigação pragmática não analógica. Nos alerta Durand (2012, p. 41), que a analogia “procede por reconhecimento de semelhança entre relações diferentes quanto aos seus termos” e não esse o caminho tomado, pelo que a “convergência encontra constelações de imagens semelhantes termo a termo em domínios diferentes do pensamento”, e a “convergência é uma homologia mais do que uma analogia” (DURAND, 2012, p.40-41).

O ambiente histórico do urbano dos que ali habitam constitui e reconsti-

tui a imaginação simbólica, traz os textos variados de uma longa duração. A criação de cidades remonta à antiguidade. A origem da ocupação urbana teria ocorrido há, aproximadamente cinco mil e quinhentos anos [5.500 A.P.] (PIRES; CEZAR, 2016), oriunda da necessidade humana de convivência. As cidades começam a surgir a partir de aglomerados de pessoas, unidas com a finalidade de se proteger, de trabalhar para sobreviver – com cultivo de alimentos e criação de animais – e para desfrutar de lazer conjuntamente. Os espaços urbanos se encontravam demarcando territórios, estabelecendo traçados organizados, com moradias, espaços públicos, templos, mercados e apresentando diferentes sociabilidades na população que abrigavam (PESAVENTO, 2007, p. 11). Demonstra que os esforços dos seres em projetar a vida para além de sua individualidade, por meio de pequenas ações recíprocas e cotidianas, no exercício de um “querer-viver coletivo”, geraram a sociedade (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 109).

A constituição do espaço urbano se mostrava protetora e simbólica, na medida em que servia de salvaguarda aos seus habitantes e criava um sentido de refúgio, abrigando-os daquilo que lhes era distante e desconhecido (BUSNARDO FILHO; SOUKEF JÚNIOR, 2016). Como comunidade política, a cidade era uma consequência da capacidade do ser humano, como ser racional que é, pensar e agir buscando o que é verdadeiramente bom, afastando-se da selvageria e da iniquidade. Leciona Godoy (2017) que, desde Aristóteles, já se entendia que as pessoas apenas conseguiriam concretizar completamente sua busca pela eudaimonia² nas cidades, já que essas, por se constituírem como comunidades ordenadas segundo a justiça e o bem comum, promoveriam um estilo de vida pautado pela finalidade do bem viver juntos.

A cidade serve de abrigo para seus habitantes, gerando neles a sensação de pertencimento, de ter um “ethos urbano”³. O fato de pertencer a cidade também provoca diferentes formas de reapresentação, como músicas, imagens e rituais, por parte daqueles que a habitam (PESAVENTO, 2007, p. 11). Os projetos das cidades na Antiguidade, que incluem rituais constituídos por discursos e atos que formam um esquema conceitual correspondente (BUSNARDO FILHO; SOUKEF JÚNIOR, 2016, p. 4):

A exemplo do *templum*, a cidade também tinha o seu terreno consagrado no momento da sua fundação, aproximando cidade e *templum* por um elemento comum aos dois, a *conregio* – a divisão do terreno em quatro partes –, mas ao contrário do *templum*, que deveria ter somente um acesso, a cidade, por exigências rituais, deveria ter três entradas. A divisão do terreno consagrado em quatro partes – para frente e para trás, à direita e à esquerda – assemelha-se ao

² Eudaimonia é um vocábulo grego, formado a partir das palavras “eu” – o bem ou aquilo que é bom – e *Daemon* – Deus, intermediário entre os homens e as divindades superiores. Para o filósofo, a eudaimonia significaria algo além de felicidade e seria uma finalidade maior e comum a todos os seres racionais.

³ Para Maingueneau (2008), o “ethos” está ligada a uma forma de discurso. Em sua obra, o autor amplia a noção de *ethos* concebida a partir da Retórica de Aristóteles: - o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constitui por meio do discurso, não é uma imagem do locutor exterior à fala; - o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro; - o *ethos* é uma noção fundamentalmente híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada. (MAINGUENEAU, 2008, p. 63)

esquema gráfico do processo de individuação, ou à semelhança ao esquema das funções da consciência nos tipos psicológicos de Jung. Os eixos que dividem o terreno da cidade e do *templum* voltam-se para os pontos cardeais, conforme pode ser visto na fundação da cidade romana. O centro da cidade servirá para demonstrar a função que prepondera na sua organização espacial – social, político ou religioso –, à semelhança do self que constela os arquétipos.

O terreno do *templum* na cidade é consagrado, com uma entrada e não as três da cidade, mas numa interação entre espaços, sendo um integrado ao outro, pelas partes que mantém o *templum*. Os eixos cardeais, da cidade e *templum*, fundam a cidade romana, numa aproximação entre partes que constituem o discurso do *templum* e da cidade, espaço, vida em sociedade, política e sacralização da vida, uma constelação discursiva do que constituem os espaços.

As cidades se comportam conforme os discursos que as constituem. A cada cidade concreta correspondem inúmeras outras cidades imaginadas, aqui perceptível pelo discurso sobre os espaços que a compõem, na demonstrar que o ambiente urbano é construído e reconstruído pela obra humana, seja no pensamento seja na ação, ao longo dos séculos (PESAVENTO, 2007). Essa interação no contexto de longa duração se perpetua em rerepresentações em vários momentos e com vários sistemas simbólicos, dependendo dos lugares, grupos humanos e culturas.

A DIMENSÃO SIMBÓLICA E A REAPRESENTAÇÃO DE INCONSCIENTES COLETIVOS

A dimensão simbólica é a possibilidade humana de interação com o real, proporciona a rerepresentação de inconscientes coletivos dos diversos grupos humanos (DURAND, 1988) que formam o urbano desde seu surgimento até a atualidade. A presença humana em toda a sua complexidade e as coisas da cidade, inseridas pelas variadas culturas que a formam, criam as memórias constituidoras das identidades no espaço social das diversas comunidades urbanas e os imaginários sociais de existência e permanência.

A respeito do imaginário, Gilbert Durand (2012), apresenta a noção de imagens arquetípicas e antropológicas, introduzindo esse universo como fator estruturante das diversas formas de viver e estar no mundo. Com efeito, o imaginário pode ser compreendido como, além de uma atividade da memória, por meio da imaginação reprodutora, uma atividade de produção de imagens, por intermédio da imaginação produtora e criadora (PITTA, 1995)⁴. O capital inconsciente do ser humano é o formador do arquétipo⁵ do imaginário. A arquetipologia

⁴ Segundo Pitta, o imaginário durandiano seria um conjunto de imagens que constitui o pensamento da humanidade, a partir dos significados atribuídos pelo ser humano às coisas, sendo influenciado por diferentes estruturas, tais como a social, histórica, mitológica e linguística, por exemplo. Não se trata, pois, de algo individual, mas sim do fruto de uma experiência coletiva (PITTA, 1995).

⁵ O arquétipo é a representação dos schémas, os quais, por sua vez, são anteriores à imagem e expressam a ideia, a criação e a produção, em suas dimensões mais abstratas. O arquétipo conforma

é profunda e difícil de ser atingida, de modo que se estuda o que é perceptível, ou seja, a dimensão simbólica dos inconscientes coletivos criadores das cidades.

Os estudos da imaginação simbólica “propriamente dita” nos fazem perceber que “o significado não é de modo algum apresentável e o signo só pode referir-se a um sentido e não a uma coisa sensível”. Signos podem ser econômicos e diretos e podem ser alegóricos e emblemáticos, mas “os signos alegóricos sempre contêm um elemento concreto ou exemplar do significado” (DURAND, 1988, p.13). O exercício de interpretação evoca o significado, mas, como parte do todo simbólico, o significado emerge dos signos. Os signos podem ser “arbitrários”, os quais são “puramente indicativos que remetem a uma realidade significada, se não presente pelo menos sempre representável” (DURAND, 1988, p. 13), sendo possível encontra-los expressamente na constituição do espaço, como no caso do *templum* e da cidade ocidental, por exemplo. Eles podem ser também “alegóricos”, pois “remetem a uma realidade significada dificilmente apresentável”, perceptível nas narrativas, pois esses são “obrigados a figurar concretamente uma parte da realidade que significam” (Durand, 1988, p. 13). As alegorias são como emblemas e dependem de narrativas para serem entendidas em seus significados. As cidades são arbitrárias e alegóricas nas suas reapresentações. As narrativas das cidades, materiais ou imateriais, são apresentadoras de suas mitologias, as quais são formas narradas de valores e premissas da existência em grupo, na cultura.

O “mito simbólico”, que é apresentado às pessoas que habitam as cidades, “descreve o domínio interdito a qualquer experiência humana” (DURAND, 1988, p. 10) e explica a forma de existir no espaço. Os “verdadeiros conjuntos simbólicos” dos vários exemplos apresentados nos espaços construídos nas cidades, que, em quase tudo, são fruto do devaneio humano, reapresentam os desejos das culturas que permeiam as cidades. O símbolo, “como qualquer signo concreto que evoca, através de uma relação natural, algo de ausente ou impossível de perceber” (DURAND, 1988, p. 10), é apresentado nos mitos, envolvido nas narrativas (materiais e imateriais) e faz perceber a “melhor figura possível de uma coisa relativamente desconhecida que não conseguíamos designar inicialmente de uma maneira mais clara e mais característica” (JUNG, apud DURAND, 1988, p. 10). A “melhor figura possível” é carregada de simbologia. O símbolo é, pois, o inverso da alegoria, já que esta parte de uma ideia (abstrata) para chegar a uma figura, enquanto aquele é primeiro e em si figura e, como tal, fonte, entre outras coisas, de ideias (DURAND, 1988, p. 10). Signos e símbolos povoam as cidades e reapresentam suas narrativas, sendo que os humanos envolvidos por elas processam seu existir nas cidades.

A consciência, por seu turno, representa o mundo, de forma *direta*, pela percepção e sensação das coisas presentes e, de forma *indireta*, pelas lembranças, fantasias, imagens e apresentações de imagens. Na realidade, a consciência dispõe de diferentes “graus da imagem” (DURAND, 1988, p. 11-12). Rocha e Eckert (2011, p. 112), nos permitem perceber que a configuração de uma sociedade urbana é oriunda da reunião das “estruturas fantásticas do imaginário do seu corpo

os contornos dos schémas, tornando palpável uma representação que, até então, possuía uma dimensão abstrata (PITTA, 1995).

coletivo”, imaginar é a forma de criar o mundo por intermédio de pequenos atos do cotidiano.

As pessoas vivem sua existência pelo imaginário, pois seu cérebro é apto a imaginação. Quando exercemos a reflexão, desde tenra idade (VYGOTSKI, 2003), fazemos por imagens e, com isso, criamos imagens do mundo; é essa a forma de experimentarmos a realidade. Essas imagens, no entanto, não são evidências do real, são formas simbólicas do real. O símbolo se define como “pertencente à categoria do signo” e os “signos são apenas subterfúgios”, mas remetem aos significados presentes ou a serem verificados (DURAND, 1988, p. 12).

A “imaginação simbólica” se apresenta “quando o significado não é *mais absolutamente apresentável* e o signo só pode referir-se a um sentido, não a um objeto sensível”, apresentável, por exemplo, no mito (DURAND, 1988, p. 13). O símbolo, como qualquer “signo concreto que evoca, através de uma relação natural, algo ausente ou impossível de ser percebido” (DURAND, 1988, p. 14), é a melhor figura possível “de uma coisa relativamente desconhecida”, que não se saberia logo designar de modo mais evidente ou característico o que é, mas expressa essa vontade de ser (DURAND, 1988, p. 14).

A dimensão simbólica do imaginário, na organização social, é fruto de um trajeto antropológico, o qual corresponde à forma pela qual cada cultura estabelece a relação entre suas “pulsões subjetivas” e o meio em que se insere, de forma geográfica, social e histórica, pois, “o contexto sociológico que modela os arquétipos e os símbolos” (PITTA, 1995, p. 11). O trajeto antropológico é base comum para o imaginário do ser humano, detém uma variância que se subordina a diferentes sensibilidades, tais como as ligadas ao espaço geográfico, aos antecedentes culturais e históricos. O “mundo real” é oriundo dos sentidos, “os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma” e, as cidades, sejam sonhadas, sejam reais, são constituídas pela força do imaginário de qualificar o mundo (PESAVENTO, 2007, p. 11). A cidade é permeada por diferentes trajetos, pois é plural, é fruto de diferentes inconscientes coletivos, de diferentes culturas, que vão demarcando os espaços com nomes, com topônimos, com imagens, com acessos, com territórios e tantas outras simbólicas.

A dimensão simbólica das cidades remete aos arquétipos, que são muito profundos e quase inatingíveis, em relação aos quais podemos apreciar o que é evidente a todos e que nos são apresentados nos mitos: os símbolos. Busnardo Filho e Soukef Júnior (2016) analisam o papel dos símbolos e, parafraseando Jung (2000), os autores afirmam que a individuação é construída por meio da experimentação dos arquétipos na busca do self/“centro” e que esse inconsciente coletivo possibilita enfrentar “os resíduos ativados da nossa história antropológica” (JUNG, 2000, p. 90). Fundado “em dados reais e imaginários ou racionais e irracionais”, o inconsciente coletivo projeta “uma ponte sobre a brecha existente entre o consciente e o inconsciente” (JUNG, 2000, p. 72). O inconsciente serve como uma “antecipação do futuro” (BUSNARDO FILHO; SOUKEF JÚNIOR, 2016, p. 3), já que o futuro “acontece à base daquilo que foi e ainda é, consciente ou inconsciente, um

traço da memória” (JUNG, 2000, p. 273)⁶.

O reconhecimento de um inconsciente coletivo, pelos símbolos, auxilia a compreensão de sentidos nas cidades. No cenário urbano – fortemente caracterizado por diferentes identidades – o estudo da memória coletiva promove as configurações dessas pluralidades de durações, nas biografias narradas” (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 114). Desse modo, o imaginário se afigura como forma de apresentar diferentes significados da realidade e como meio responsável por inúmeras criações humanas, servindo de mola propulsora do ser humano no decorrer de seu trajeto de vida.

O “imaginário urbano, como todo o imaginário, diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das representações construídas sobre a realidade — no caso, a cidade” (PESAVENTO, 2007, p. 15).

A estrutura mítica e simbólica da cidade refere as imagens do espaço urbano, do passado e do presente, carregadas de mitos próprios, os quais são construídos por cada grupo, porque a cidade é poliétnica (BARTH, 1998), com múltiplos estilos de vida, visões de mundo e universos simbólicos. O universo percebido demonstra que as dimensões cultural e antropológica do imaginário são inseparáveis e expressam o conteúdo do inconsciente coletivo (JUNG, 2000) pelo meio sociocultural (PITTA, 1995). O inconsciente aparece nas memórias e identidades coletivas (sócias) que explicitam as narrativas sobre as cidades.

A ligação entre a memória e a identidade social, indica Pollak (1992), no contexto das histórias de vida, apresenta a noção de que a primeira, apesar de inicialmente parecer um fenômeno individual, íntimo e próprio da pessoa, é a constituição coletiva de um fenômeno social, sujeito às transformações constantes do tempo. A memória é um acontecimento coletivo, produzido na vida pública da coletividade, mas que se manifesta individualmente nas pessoas (POLLAK, 1992). As pessoas enquadram, no tempo, suas perspectivas sobre a vivência no mundo e passam a se reconhecer nas suas disposições, atribuindo, a si, “unidade de sentido que vibra no tempo” (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 121). Desse modo, haveria uma estrutura de correlação entre a pessoa individual e o fato coletivo, já que o indivíduo cria amarrações cronológicas para a explicação do passado na perspectiva de construção de um universo muito mais amplo, ligado à memória do povo que a ele pertence.

Nas palavras de Pollak (1992, p. 203) “a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa”, de modo que cada um constrói sua memória⁷, mas em contextos de identificação com um universo maior, que é o social

⁶ Sobre o imaginário, na concepção de Durand, importante ainda destacar que o símbolo seria a tradução do arquétipo, expressando diretamente o imaginário, e o mito, o sistema de símbolos, imagens e arquétipos que compõe uma narrativa e os transforma em linguagem. O símbolo é aquilo que o ser humano consegue atingir na profundidade imaginal. Para o autor, o mito torna viva a história, já que dota suas concepções de estrutura e corrobora com a ideia de que, em todas as épocas, há o confronto entre os regimes antinômicos de imagens (PITTA, 1995).

⁷ Salienta o autor que o fato de a memória ter sua organização “em função das preocupações pessoais e políticas do momento” demonstra que a memória é um fenômeno construído, social e individualmente (POLLAK, 1992, p. 203).

e coletivo. Então, a memória é um fenômeno em constante construção, que vai se construindo socialmente e implicando na construção também da individualidade.

Os elementos que configuram o processo de constituição da memória, para Pollak (1992), são os acontecimentos vividos pessoalmente (1), os acontecimentos vividos pela coletividade à qual a pessoa pertence (2), ligados aos personagens sociais e aos lugares da memória (3). Os primeiros são aqueles vivenciados pessoalmente; os segundos, aqueles em que a pessoa não participou, mas que fazem parte de seu trajeto antropológico, tendo em vista a relevância que tomam no imaginário⁸; os terceiros, as pessoas conhecidas pessoalmente no decorrer da vida e aquelas imaginadas; por fim, os últimos, os locais que rememoram os acontecimentos (POLLAK, 1992).

A cidade, por essa perspectiva, é vista como um espaço dotado de inúmeros significados e imaginários e pode ser enquadrada no último elemento apresentado, ou seja, como um lugar da memória, dado que é um espaço com reconhecimento estabelecido pela temporalidade. A cidade apresenta “um tempo materializado em uma superfície dada” e “esse tempo contado se dá sempre a partir de um espaço construído” (PESAVENTO, 2007, p. 15). Muito além de ser visto pela materialidade de suas ruas, o espaço urbano pode ser entendido por meio das dimensões de passado que nele coabitam, uma vez que existe, na cidade do presente, inúmeras cidades vividas no tempo passado. A cidade do passado se faz pensar a partir do presente, “que se renova continuamente no tempo do agora, seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado”⁹ (PESAVENTO, 2007, p. 16).

O processo de produção das imagens, entre o tempo passado vivido pelos habitantes dos centros urbanos e o tempo presente, demonstra a grande potência que a temporalização detém no processo de construção da memória social. A propósito, Rocha e Eckert indicam que “não há transmissão e apreensão do passado para o presente que não tenha um apoio dialético no instante presente” (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 115). A memória influencia a sensação de presente, torna-se o próprio tempo vivido. Isso porque a imagem do passado trazida para o presente é uma noção de temporalidade expressa na questão da existência humana, de modo que “nesse processo imaginário de construção de espaço-tempo, na invenção de um passado e de um futuro, a cidade está sempre a explicar o seu presente”¹⁰ (PESAVENTO, 2007, p. 17).

⁸ Quanto a esses acontecimentos, importa salientar ser “perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 201).

⁹ Consoante leciona Pesavento, seria assim que as cidades inventariam seu passado, “construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos” (PESAVENTO, 2007, p. 16).

¹⁰ É, pois, a “temporalização dos espaços urbanos segundo a vivência dos cidadãos, mais do que o ‘espaço real’ da cidade” (JACKS, MORIGI, OLIVEIRA, 2012, p. 45).

A memória não se configura somente como um dado contido na consciência de cada indivíduo, visto que se apresenta como uma construção decorrente da temporalização do viver social, “tributário dos trabalhos da imaginação criadora de que todos somos portadores” (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 114). A memória é concebida tanto por agentes individuais quanto coletivos, os quais constroem e reconstróem constantemente o ambiente em que vivem, “em um incessante processo coletivo de repensar e imaginar a cidade por onde nos movemos, percorrendo as ruas, alamedas e avenidas para trabalhar, passear, consumir, amar, desfrutar, criar, recriar” (JACKS, MORIGI, OLIVEIRA, 2012, p. 49). A memória é simbólica e apresentada em narrativas, e as narrativas são recheadas de signos, símbolos – que expressam sentidos, dependendo dos grupos étnicos que escutam – e imagens, as quais dependem dos grupos e seus trajetos antropológicos para demonstrarem seus significados.

A memória se mostra importante pelo fato de fixar identidades por meio de uma série de imagens, o que “acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara e um espírito, um corpo e uma alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade” (PESAVENTO, 2007, p. 17). A memória é construída social e individualmente, relacionada ao sentimento de identidade, já que esse último traduz a sensação de pertencimento. Explica Pollak que isso ocorre “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204). Assim, infere-se que o ser humano faz parte de um contexto mais amplo organizado pela sociedade, enquanto a memória se trata do sentimento de coerência, que congrega esse sentido coletivo.

A dimensão simbólica no imaginário aparece nos trajetos antropológicos e nas imagens convertidas em narrativas míticas, que reapresentam memórias dos inconscientes coletivos. Memórias demonstradas nos trajetos de cada um dos grupos étnicos formadores da cidade. A diacronia está presente, mas de forma sincrônica no espaço atual de uma cidade. O imaginário do Círculo de Eranos e as dedicações de Gilbert Durand para interpretar essas memórias desenvolveram o método de convergência.

A INVESTIGAÇÃO DIACRÔNICA E O MÉTODO DE CONVERGÊNCIA DO IMAGINÁRIO DAS CIDADES

A investigação histórica pela oralidade evidencia a antropologia urbana diacrônica e apresenta as práticas sociais. A diacronia se faz apresentar espacialmente de forma sincrônica na atualidade do devir urbano. O método de convergência permite a leitura e identificação das sincronias próprias de cada grupo e seus tempos. A investigação dos discursos imaginários das cidades é feita a história oral da cidade (MEIHY & HOLANDA, 2007).

O estudo histórico das cidades é desenvolvido a partir de análises aspecto econômico e social, trabalhos que focam na cidade como “lugar onde as coisas aconteciam”, onde se operava a transformação do capital. Abordam a dimensão espacial das cidades, mas tratam somente como os territórios, onde acontecia o processo de produção capitalista. O ambiente urbano é visto, na maior parte dos casos, como o “cenário desse processo, onde se apresentava também a renovação da esfera estatal e das formas de ação política, no bojo de também novos movimentos sociais urbanos” (PESAVENTO, 2007, p. 13). O que propomos é diferente.

A convergência de imagens, convergência hermenêutica (DURAND, 1988; 2012), por seu turno, traz uma postura metodológica, que envolve mitologia, etnologia, linguística, psicologia e muitos outros campos de saberes. A diacronia percebida ainda como de forma sincrônica é em realidade diacrônica e mais preservada para grupos que vivem atualmente no mesmo espaço, numa sincronia diacrônica. A antropologia das cidades realiza estudos dos imaginários dos variados grupos étnicos constituidores da urbanidade. Os trajetos antropológicos são repletos de símbolos desses grupos de pessoas, percebidos na convergência das constelações de imagens constituintes de seus trajetos antropológicos, estruturadas em isomorfismo de símbolos convergentes (DURAND, 1988). Cada grupo étnico ou cultural dedica na cidade a perpetuação de suas imagens, que configuram inúmeras e diferentes imagens, que podem ser encontradas no estudo das convergências. A preservação de imagens pelos grupos criam essas diacronias de imagens, mas que em realidade fazem parte de sincronias diferentes, cada grupo possui sua sincronia, mas ocupam a mesma cidade.

As estruturas antropológicas do imaginário (DURAND, 2012) consideram as funções equilibrantes, na aproximação de polos diferentes dessas imagens, das incertezas, dos temores, dos devires, da morte, do destino e outros. Os simbolismos das imagens nas cidades são passíveis de serem compreendidos por suas convergências.

O fenômeno urbano, em meados de 1990, conforme Pesavento (2007, p. 13), recebe uma nova forma de ser abordado, a análise “a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais”. A cidade oriunda da ação humana – tal como já assinalado no presente texto – além de se apresentar como objeto material, configura-se objeto social, comportando diferentes atores, personagens, práticas, ritos e relações sociais¹¹. O estudo da cidade, mediante o exame das experiências pessoais de sua população apresenta a temporalidade, a articulação de pontos de vista coletivos das questões sociais, mesmo o ponto de vista de uma pessoa é fruto de sua coletividade. A narrativa demonstra as vivências e sua diversidade na cidade. A abordagem não se limita aos aspectos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas abrange inúmeros imaginários que pairam sobre ela.

¹¹ A cidade é, pois, “concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do ‘habitar’, e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do ‘humano’: cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais” (PESAVENTO, 2013, p. 14).

A troca de experiência sobre a cidade, para além da palavra escrita, aparece na história oral (MEIHY & HOLANDA, 2007), que permite a interpretação dos habitantes dos grandes centros urbanos no contexto de suas trajetórias, seus trajetos antropológicos e bacias semânticas (DURAND, 2012). A narrativa é a ferramenta, com todos os recursos que lhe são pertinentes, para apresentar a memória. Além das narrativas, a investigação encontra os testemunhos e as versões sobre as experiências vividas criadoras de fontes de conhecimento. A história oral é caminho trilhado para acessar as sincronias, narrativas das experiências de vida dos habitantes das cidades, que compreendem as pessoas naquele espaço e que organizam sua vivência¹². A oralidade integra a história do tempo presente, já que concebe o passado e a memória de forma contínua, cujo processo histórico ainda está sendo vivenciado (ROCHA; ECKERT, 2011).

O ambiente urbano, por intermédio da dimensão narrativa¹³, conforme Rocha e Eckert (2011), enfatiza a correlação entre as cidades e os seus indivíduos, salientando que o relato biográfico de cada pessoa estaria ligado a um acontecimento ocorrido enquanto experiência urbana. A cidade narrada, para essas autoras, apresenta o produto da consolidação do tempo, de modo que são rememoradas pessoas que não mais vivem entre nós, lugares que não mais existem, ritos que não mais se praticam, falas que entraram em desuso e aspectos de sociabilidades já não mais vivenciadas. Nessa conjuntura, é trazido ao tempo presente o testemunho de habitantes de outro tempo, que compõe, junto de outros fragmentos da história, o mosaico urbano da cidade que é vivida e revivida continuamente. As cidades são contadas, em todas as suas versões, como cidades imaginárias que o antropólogo urbano busca interpretar e destacar os trajetos e diversidades (PESAVENTO, 2007).

As narrativas são formas de se veicular a memória, a subjetividade e as experiências; são o meio pelo qual as pessoas podem articular sua história no tempo¹⁴. As histórias dos habitantes configuram eventos, conforme Rocha e Eckert (2011), e são episódios e experiências vividos nas cidades, já que a própria narrativa erige “a identidade do personagem, que podemos chamar sua identidade narrativa, construindo a da história relatada, como um conjunto heterogêneo de lembranças entrelaçadas entre tempos pensados e tempos vividos” (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 119). Parafraseando Durand, as autoras explicam que o personagem da narração, “ao contar suas lembranças e recordações de uma cidade vivida, evoca as imagens que relacionam as suas experiências ordinárias na cidade com as suas experiências

¹²Com efeito, “pesquisar as representações coletivas sobre a cidade a partir da linguagem e imagens cidadãs é estudar seus imaginários sociais, que estão permeados por muitas e diferentes visões, percepções e pontos de vista, originados de diferentes formas de sua inserção no mundo social. A cidade e seus símbolos possuem estreita relação com a convivência coletiva, produzida por um tecido feito pelos cidadãos que nela habitam e que a representam” (JACKS, MORIGI, OLIVEIRA, 2012, p. 44).

¹³Pode-se compreender a identidade de cada personagem “no interior de um acontecimento narrativo que tem na própria trama o esforço de enquadrar seus deslocamentos espaciais e temporais nas grandes cidades” (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 110).

¹⁴A narrativa é, ainda, a temporalização do lugar, já que o “tempo é da ordem cultural de atos contínuos e descontínuos que identifica a história pessoal, coletiva, individual e social, promovido no encadeamento lógico das continuidades e discontinuidades na vida social (nas transformações urbanas, por exemplo)” (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 112).

pensadas da cidade”, situando a narrativa no trajeto antropológico dos ambientes urbanos em que o símbolo é o lugar (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 121).

O relato oral narra a memória (MEIHY & HOLANDA, 2007) e se constitui como um elo entre o passado e o presente, que vincula os habitantes às suas experiências por meio de elementos e fatos históricos repetidos, pois aquilo “que se imagina coletivamente como realidade passa a ser a realidade socialmente construída, ou seja, a imaginação faz a realidade” (JACKS, MORIGI, OLIVEIRA, 2012, p. 44-45). A imaginação durandiana trazida por Pitta (1995) expressa a forma inevitável de qualquer humano se relaciona com o que sente ao viver, já que o indivíduo percebe o mundo a partir das imagens que tem dele. “As imagens evocadas nos jogos de memória dos personagens da narração apontam para uma memória intrageracional nas cidades”, ao mesmo tempo em que “os jogos da memória resultam dos esforços humanos para estabilizar a matéria perecível do tempo em suas vidas, por meio da ação narrada” (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 120).

A história oral (MEIHY & HOLANDA, 2007) interpreta a extensão por meio da qual a narrativa se consolida, já que ela se mostra como caminho trilhado, para se ter acesso às narrativas, das experiências de vida, dos habitantes das cidades e para se compreender como essas pessoas interpretam e organizam sua vivência. A partir da relação do cidadão com a cidade, somada a todas as suas práticas rotineiras¹⁵, é possível perceber “como se constroem as representações coletivas sobre a cidade e a constituição do seu imaginário” (JACKS, MORIGI, OLIVEIRA, 2012, p. 44). “Importa menos o conteúdo que veicula as relações sociais do que as imagens por meio das quais tais conteúdos figuram a vida social e lhe atribuem significados” (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 111). A história oral urbana, por intermédio das narrativas de seus cidadãos no tempo, recria projeções dos inúmeros imaginários oriundos das práticas e dos deslocamentos dos habitantes na cidade.

A episteme de interpretação apresenta as narrativas das vivências das pessoas no imaginário que proporciona o delimitar do lugar habitado por diferentes agrupamentos humanos. É um método para entender as sincronias na diacronia imaginal da cidade atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades são lugar simbólico, mais profundamente arquetípico, de acolhimento e proteção, vistas, desde a antiguidade, como o local onde o ser humano conseguiria realizar completamente sua essência, orientadas pelo bem viver em sociedade. Superando o cenário das práticas econômicas e sociais, elas se apresentam sob as diferentes narrativas dos personagens que nela habitam e que constroem

¹⁵A condição urbana passa por diferentes perspectivas, tais como a organização social, o contexto histórico e modos e estilos de vida, por exemplo. Assim, o modo pelo qual a cidade se apresenta e “como os cidadãos a vivenciam, percebem e a interpretam, dá origem às representações urbanas construídas por um ponto de vista hegemônico. Do ponto de vista cidadão, trata-se de ver a cidade a partir de condicionantes sociais: classe social, gênero e idade” (JACKS, MORIGI, OLIVEIRA, 2012, p. 45-46).

inúmeros imaginários. A “espécie de caixa de ressonância da dinâmica cotidiana das diversas formas de vida social, a cidade manifesta a potência regeneradora dos sonhos e das recordações de seu corpo coletivo” (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 117). A cidade é percebida como diacrônica em sua sincronia. Como se vários momentos históricos convivessem em um único momento atual. Na realidade o que há são os vários trajetos dos diferentes grupos que vivem e reivindicam sua sincronia perpetuando suas imagens no espaço que é ocupado por variados grupos. Há uma diversidade de significações e projetos sociais que permeiam o ambiente urbano e que desenham as diferentes formas de viver o cotidiano citadino.

A cidade reflete a população que nela habita, com todas as suas características e subjetividades, as quais acabam por definir a dinâmica urbana, num processo contínuo de reconhecimento do espaço como o lugar onde as memórias tomam forma. É fruto da união de diferentes “lugares e olhares” que constroem o ambiente urbano, ambiente que é vivido por seus diferentes habitantes, sob diversos imaginários, ao mesmo tempo em que “essas mediações configuram a vivência e a existência dos próprios cidadãos, sua visão sobre a cidade, gerando um processo sem fim de criação e recriação simbólica” (JACKS, MORIGI, OLIVEIRA, 2012, p. 47). O antropólogo urbano deve fazer sua interpretação a partir de tais narrativas.

A produção científica tem feito interpretações abstratas sobre as cidades e dimensionado aspectos econômicos, estruturais, político-sociais e outros de sua constituição. O que indicamos é que devemos olhar os diversos grupos étnicos, num contexto poliétnico urbano. Devemos conhecer as cidades atuais e seus sentidos produzidos por seus cidadãos. A proposta é explorada pelo Círculo de Eranos e partir da Teoria Geral do Imaginário de Gilbert Durand (2012).

O antropólogo urbano com esse universo teórico do imaginário investiga os sentidos das dimensões simbólicas, demarcadores dos imaginários de seus cidadãos, encontra as redundâncias dos imaginários de cada grupo e territorializa essas dimensões, trilhando os trajetos antropológicos de cada grupo. As pessoas são engendradas socialmente a partir de trajetos antropológicos, os quais são carregados de imagens antigas e recentes, mas presentes na atualidade das cidades. As imagens se reapresentam em narrativas míticas, memórias dos inconscientes coletivos.

Os trajetos antropológicos estão ligados aos inúmeros grupos étnicos formadores da cidade, enquanto a cidade poliétnica se reapresenta simbolicamente nos diversos lugares e nos diversos sentidos atribuídos por seus cidadãos. Os sentidos são diacrônicos, presentes e passados, mas perpetuados de forma sincrônica, na memória.

O espaço atual da cidade apresenta imagens que podem ser lidas pelo método de convergência de Durand (1988; 2012), em que constelações de imagens, como acervos, contribuem para entender a duração das bases materiais e imateriais que reapresentam formas narrativas de cada grupo étnico que a constitui. Uma textualidade em fragmentos constelados como discursos narrativos do conhecimento acumulado pelas memórias documentais e passíveis de interpretação do fenômeno urbano.

REFERÊNCIAS

- BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.
- BUSNARDO FILHO, Antônio. SOUKEF JÚNIOR, Antônio. **Mitopoiética do espaço urbano**: reencantamento do lugar. Anais do IV Colóquio Brasil-Portugal, v. 1, p. 1-14, 2016. Disponível em: < https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/62/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/PORTAL/IV_COLOQUIO_BRASIL-PORTUGAL/20.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, Ed.USP, 1988.
- DURAND, Gilbert **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arquetipologia geral. tradução Hélder Godinho . 4aed. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2012.
- FERREIRA Amauri Carlos; SILVEIRA Luiz Henrique Lemos. Do Círculo de Eranos à construção do simbólico, em Carl Gustav Jung. **Psicologia USP** volume 26, número 2, 2015, pp. 259-268
- GODOY, Fernando Henrique Rovere. A regularização fundiária urbana de acordo com a Lei 13.465/2017: uma tentativa de inserir a cidade informal dentro da cidade formal. **Revista de Direito Imobiliário**, vol. 83/2017, p. 455 – 476, Jul - Dez/2017.
- JACKS, Nilda. MORIGI, Valdir. OLIVEIRA, Lizete Dias de. Fim de um projeto, início de uma nova relação com a cidade. In. **Porto Alegre Imaginada**. Porto Alegre: Observatório Gráfico, 2012, p. 42-73.
- JUNG, Carl Gustave. **Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo**. Tradução: Maria Luíza Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Problemas de ethos**. In: MAINGUENEAU, Dominique. Cenas da enunciação. Tradução de Sírio Possenti e Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a. p. 55-73.
- MEIHY, José Carlos S. B. & HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo, Contexto, 2007
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, núm. 53, jan.-jun. 2007, p. 11-23.
- PIRES, George Niclaides de Moraes. CEZAR, Larissa Wegner. O direito à cidade e o desenvolvimento sustentável urbano: dilemas do planejamento urbano moderno. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**: Curitiba, v. 2, n. 2, p. 123-142, Jul/Dez 2016.
- PITTA, Danielle Perin Rocha. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Recife. UFPE, 1995.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. ECKERT, Cornélia. As variações “paisageiras” na cidade e os jogos da memória. In.: Idem. **Antropologia da e na cidade, interpretações sobre as formas da vida urbana**. Porto Alegre: Marcavizual, 2013, p. 185-208.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. ECKERT, Cornélia. Etnografia da duração nas cidades em suas consolidações temporais. **Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais**, n. 34, p.107-126, abr. 2011.

VYGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo - SP 1991 (4ª edição brasileira) ou (6ª ed.) São Paulo: Martins Fontes, 2003.